



REVISTA DE SAÚDE COLETIVA DA UEFS

EDITORIAL

SAÚDE DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS EM UM BRASIL VIOLENTO

Thereza Christina Bahia Coelho

Professora Titular Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil

Os diversos fatos que vêm resultando em perdas das conquistas obtidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao longo de 30 anos, têm sido exaustivamente denunciados por diversas entidades do campo da saúde coletiva – mais recentemente, no caso do corte de recursos da saúde para subsidiar o diesel^{1,2}.

Para entender o momento vivido durante os anos de 2016 e 2017, o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da UEFS, criou, por meio da iniciativa de alguns docentes, um espaço de debates intitulado Café com Política. Parte do texto que compõe esse editorial foi escrito para ser apresentado na sessão de abertura desse espaço cujo tema era “O empoderamento da agenda liberal e os impactos sobre o Sistema Único em Saúde: cenários, problemas e soluções”. Esse tema acabou servindo de fio condutor para a disciplina Tópicos Avançados, do curso de doutorado do mesmo programa, por meio da exploração da ideia de guerra e paz como parte de um mesmo processo.

Para Foucault^{3,23}, as relações de poder possuem como ponto de ancoragem uma determinada relação de forças estabelecida historicamente em um dado momento que permitem manter o estado de dominação mesmo em tempos de paz, por meio de uma guerra silenciosa que mantém a mesma situação anterior de desequilíbrio. Foucault, portanto, inverte a máxima de Clausewitz e afirma que “a política é a guerra continuada por outros meios”. Partindo, portanto, da análise foucaultiana da soberania e da inversão política do “direito de matar” que se transforma no estado moderno em “poder de fazer viver ou de deixar morrer”, foram colocados para o debate tópicos pertinentes à saúde e os riscos que a ameaçam, quer por violências dirigidas ao meio físico, quer aos biomas, ou a sociedades inteiras ameaçando-as com sofrimento, morte e extinção.

Dentre os tópicos debatidos, sobressaiu-se a violência infantil que é objeto de vários projetos de pesquisa, dissertações e teses, no interior do PPGSC. Delineou-se, a partir dos debates suscitados, uma proposta de elaboração de um número da Revista de Saúde Coletiva da UEFS dedicado exclusivamente à violência. Uma chamada interna para artigos foi efetuada, entretanto, mudanças no processo editorial da revista, que passa a ser de publicação contínua, inviabilizaram o número temático. Esse editorial atende, desse modo, a um triplo objetivo: 1) fazer referência a esse tema crucial e trazer aportes de pesquisa relacionados; 2) abordar a conjuntura que antecede o golpe de 2016 e que estabelece novas formas de tratar a violência no conjunto da sociedade e nos discursos a ela dirigidos; 3) anunciar a mudança na periodicidade da revista a partir desse volume 8.

Com relação ao item 3, essa decisão segue tendência crescente no âmbito dos periódicos nacionais e internacionais, pois a publicação contínua agiliza os processos editoriais em um contexto que favorece os periódicos de acesso aberto e *on line*. Ao tomar essa iniciativa, a Revista de Saúde Coletiva dá um passo a mais no sentido da melhoria da qualidade e atualidade dos trabalhos aqui publicados, trazendo a questão da violência, entendida de forma ampla, como problema inaugural das relações sociopolíticas e seus impactos na saúde.

A situação política e as repercussões na saúde não é resultado de forças aleatórias, nem o golpe de 2016 contra o estado de direito e a democracia, no Brasil, uma reação impulsiva de insatisfação com a corrupção. Isto não estava claro, inicialmente, para todos. Mas, é possível situar o momento histórico de eclosão da insatisfação da classe média com o governo da presidente Dilma nas manifestações de 2013. Se voltarmos ainda um pouco mais no tempo, veremos como, a partir de um movimento iniciado no Rio de Janeiro, em janeiro de 2012, continuado, em agosto do mesmo ano, em Natal, e novamente nesta capital, em 2013, com a chamada Revolta do Busão, tendo atingindo Porto Alegre, Belo Horizonte e Goiânia, chega-se a São Paulo, no início do governo PT de Fernando Haddad. Até o momento das chamadas “jornadas de junho”, os protestos estavam limitados ao Movimento Passe Livre e não tinham apoio da imprensa, nem contavam com contingentes populacionais expressivos⁴.

Sobre elas, Jessé Souza^{5,239} fala: “a grande fraude das jornadas de junho é a impressão de que o ‘vilão’ está no Estado e a ‘sociedade’, engajada e politizada, é o ‘mocinho’”. Entretanto, esse período já foi marcado por uma atuação excessiva da Polícia Militar, principalmente, no estado de São Paulo, onde a farsa encontra uma arena privilegiada para ser encenada, como se observa na reflexão perplexa de Kehl⁴:

A falta de transparência na conduta das autoridades e a desinformação proposital, que ajuda a semear o pânico na população, fazem parte das táticas autoritárias do atual governo de São Paulo. Quanto menos a sociedade souber a respeito da crise que nos afeta diretamente, melhor. Melhor para quem? Na noite de segunda-feira, quando os paulistanos em pânico tentavam voltar mais cedo para casa, vi-me parada, em um dos muitos congestionamentos que bloquearam a cidade, ao lado de uma viatura policial; olhei o homem à minha esquerda e, pela primeira vez na vida, solidarizei-me com um policial. Vi um servidor público humilde, desprotegido, assustado. Cumprimentou-me com um aceno conformado, como quem diz “fazer o que, não é?”. Pensei: ele sabe que está participando de uma farsa. Uma farsa que pode lhe custar a vida. De repente, entendi uma parte, pelo menos uma parte, da já habitual truculência da polícia brasileira: eles sabem que arriscam a vida em uma farsa.

É preciso lembrar, antes de qualquer coisa, das marcas deixadas pelos enfrentamentos de 2006, quando 36 policiais militares e mais de 500 civis foram assassinados, sem que ninguém tenha sido condenado até hoje⁶. Pelo contrário, crescem de lá para cá, os grupos que incitam a violência policial e pedem a pena de morte, apoiados por programas de TV voltados para as classes populares, que mais sofrem com a violência, pois são alvo fácil e vivem à margem dos serviços de proteção social. No interior da sociedade, a violência é dirigida aos mais vulneráveis: mulheres, gays, negros, crianças, idosos, índios, caravanas.

A título de ilustração, a matéria jornalística⁷, da Agência Brasil, informa que

nos três primeiros meses deste ano, a Bahia registrou 9.795 casos de violência física contra mulheres. Na comparação com o mesmo período de 2015, houve redução de 32%, segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado. Os dados levam em conta os registros de homicídio doloso (com intenção de matar), tentativa de homicídio, lesão corporal intencional, estupro e ameaça. Quase todos os tipos de violência registraram queda em relação ao ano anterior, no entanto, o número de **homicídios** entre janeiro e março subiu de 73, em 2015, para 80 este ano.

O que nos leva a pensar que pode estar havendo não uma redução da violência, mas uma diminuição das queixas, que não resultam em ação policial eficiente, aumentando-se a impunidade.

Dessa maneira, as jornadas de junho foram o estopim para uma série de movimentos na linha da primavera árabe, onde muitos dos puxadores dos atos mais agressivos utilizavam a máscara V da vingança (ou Vendetta), de Guy Fawkes, motivados, inicialmente, por uma indignação difusa contra o Estado, contra a autoridade estabelecida. A máscara foi adotada como símbolo de uma luta “mundial”, por um grupo autointitulado Anonymous, que faz convocações de massas em vários países do ocidente e oriente, e utiliza-se de ativismo “hacker”. Posteriormente, foram encontrados indícios de infiltração de militares e ativistas da direita em muitas das ações violentas organizadas que ocorriam em paralelo às manifestações espontâneas de natureza pacífica.

Para Souza⁸, o fracasso da elite econômica brasileira em controlar a sociedade por meio da violência física resultou em mudança estratégica com preferência, mas não abandono, da violência simbólica e manipulação de massas. O Estado, em particular, o aparato jurídico, é transformado em arma contra o governo, enquanto o “liberalismo repaginado” é oferecido para consumo a uma classe média “esclarecida”.

Para se adequar aos novos tempos, novos comportamentos são desenvolvidos: apropriação de pautas, discursos e produção de *fakenews* que confundem a população. Neste processo desencadeado pelo golpe, coalizões sociais pautadas em interesses ou desinformação terminaram levando à polarização e constituição de dois blocos antagônicos, chamados por Gramsci⁹ de blocos históricos.

Porém, só à luz dos desdobramentos posteriores que resultaram na violência de empresas estatais, como a Petrobrás, e também de empresas privadas competitivas no mercado internacional, foi possível compreender a origem daquele movimento que tentou, inclusive, e a todo custo, inviabilizar a realização da Copa do Mundo, projeto levado a cabo pessoalmente pelo então presidente Lula em seu esforço de mudança das relações de poder geopolítico na América Latina via fortalecimento de parcerias no Mercosul e BRICS.

Essa violência cotidiana estrutural, forjada na cultura escravocrata, mantida pelas práticas coronelescas e ampliada pela ditadura, alimenta e se alimenta da outra, conjuntural, atingindo níveis de tensão extraordinários que resultam em *acting out* (ação impulsiva e inconsciente). Pois, os modos de liberação habituais dirigidos aos grupos vulneráveis, não sendo suficientes, transformam-se em violência cega e explosiva contra objetos que fazem sofrer (ônibus e metrô) – somente em 2015, em São Paulo, 132 veículos foram queimados^{4,6}.

Para Zizek^{10,11}, a violência pode ser objetiva, subjetiva e simbólica. A violência sistêmica é invisível e tem uma função bem precisa nas relações de dominação e exploração, que é ocultar o verdadeiro lugar desse problema, desviar a atenção. “Vemos uma enorme degradação ecológica e muita miséria humana. Entretanto, o relatório econômico que se lê nos informa que a situação econômica do país é financeiramente sólida – a realidade não importa, o que importa é a situação do capital...”

Retornando a Gramsci⁹, em toda formação de blocos, a acomodação das diferenças não se dá tranquilamente. Em particular, no campo da esquerda, fendas foram produzidas por uma insatisfação de antigos aliados dessa, que não aceitaram as concessões feitas ao capital nacional e a partidos de centro, principalmente, no governo Dilma. Não aceitaram a perda

gradual de conquistas dos trabalhadores, as terceirizações, as privatizações. Seja como for, essa constante ameaça de fragmentação do bloco composto pelas esquerdas tem resultado na execução, aos trancos e barrancos do projeto “entreguista” da des-ordem e do retrocesso que passa a adotar, inclusive, discursos pró-militarização e pró-ditadura, em meio a um caos generalizado, cujo ápice foi atingido na greve dos caminhoneiros que parou todo o país, em maio de 2018.

Jessé Souza¹¹, nesse sentido, fala a um periódico nacional sobre a “confusão entre o público e o privado, compadrio, herança católica portuguesa, predomínio das relações pessoais e familiares sobre o sistema de mérito, corrupção. Ao contrário do que em geral se pensa, nada disso é característica exclusiva do Brasil”:

Como não se pode dizer que o que se quer é uma gorda taxa Selic e o acesso “privado” às riquezas brasileiras, como petróleo e ferro, para essa meia dúzia, então diz-se que é para acabar com o “mar de lama”, sempre só no Estado, se ocupado por partidos populares, e sempre seletivamente construído via mídia conservadora em associação com as instituições que querem aumentar seu poder relativo vendendo-se como “guardiães da moralidade pública”. [...] Luta de classes não é só cassetete na cabeça de trabalhador. É uma luta silenciosa e invisível (para a maioria) que implica monopólio de recursos para as classes privilegiadas e condenações à miséria eterna para a maioria dos 70% que não são da classe média ou do 1% mais rico. A fanfarra do patrimonialismo e da corrupção só do Estado serve, antes de tudo, para tornar essas lutas invisíveis.

O objetivo, portanto, de trazer esse tema para o debate acadêmico é dar visibilidade a esse tipo de violência presente apenas nos programas de apelo popular, que retratam cruelmente o cotidiano das classes populares, e nos quais ela pode encontrar um fio de identidade onde se atar. Mais que isso, é dimensionar sua magnitude e compreender suas relações com os outros modos de manutenção da guerra na “paz” social.

Entre os vários alvos da violência estrutural, destaca-se a violência infantil. No volume 8, seis artigos abordam sobre variados aspectos esse tema, da infância à adolescência, passando pela relação afetiva onde se estabelecem sentimentos e condutas ambivalentes de amor e ódio. O primeiro deles¹² analisa série histórica de 16.466 registros de violência impetrada em crianças, no estado da Bahia, entre 2008 e 2014, onde a violência física aparece em 47,6% dos registros, seguida da sexual, em 34,6% dos casos e da psicológica, em 17,4%.

O segundo artigo¹³ descreve os óbitos por homicídios em crianças e adolescentes, necropsiados no Instituto Médico Legal de Feira de Santana - Bahia, no período 2013 a 2015. A violência sexual perpetrada em crianças e adolescentes¹⁴, muitas vezes já no percurso amoroso de adolescentes e adultos jovens^{15,16}, daí a importância dos registros do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), que forneceu dados para a pesquisa¹⁷ que analisou dados de Salvador (BA), no período 2009 a 2015.

A violência contra a mulher também está sendo abordada nesse Volume 8. Lacunas na formação acadêmica da equipe multiprofissional de saúde resultam em deficiência na detecção do problema da violência doméstica, segundo estudo de revisão integrativa da literatura¹⁸. Por último, a violência no trabalho, caso em que o profissional de saúde é ele próprio a vítima, foi investigada¹⁹ em serviços de média complexidade de três municípios baianos, tendo sido encontrada uma alta prevalência (59,5% de 463 trabalhadores pesquisados). Considerando-se que 74,1% da população estudada era composta por mulheres têm-se uma situação de exposição do sexo feminino tanto como trabalhadora quanto como parceira sexual sem que o sistema de saúde esteja preparado para lidar com este problema que se agrava ano a ano, no Brasil.

O Volume 8 iniciou sua publicação privilegiando estudos regionais sobre violência estrutural e permanece aberto e em fluxo contínuo de publicação até o final de dezembro. Os aspectos conjunturais superficialmente abordados neste edital, entretanto, acendem o pessimismo acerca da evolução do quadro apresentado. A produção acadêmica na forma de pesquisa não apenas aprofunda questões sobre problemas que nos desafiam, mas também contribui para dar voz ao sofrimento silencioso de muitos e o despertar da sociedade para seu sono triste.

REFERÊNCIAS

1. ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Nota ABRASCO contra os cortes na saúde para subsidiar o diesel**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiais-abrasco/nota-abrasco-contra-os-cortes-na-saude-para-subsidiar-o-diesel/34448/>. [2018 6 14].
2. CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. **Nota: Cortes sociais sustentam a farsa do diesel**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018. <http://cebes.org.br/o-cebes/estatuto-social/>
3. Foucault M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Editora; 2008.
4. Kehl MR. Duas chacinas em São Paulo – a mesma polícia, o mesmo governo. Carta Capital, publicado em 07/06/2015, às 09h05. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/duas-chacinas-em-sao-paulo-2013-a-mesma-policia-o-mesmo-governo-2383.html>.

5. Souza J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa; 2015.
6. Glauco Araújo, Cíntia Acayaba, Kleber Tomaz, Isabela Leite e Paulo Toledo Piza 10/05/2016 10h25 - Atualizado em 10/05/2016 21h23. **Janot pede para PF reabrir apuração de chacina dos ataques de 2006**. Procurador-geral diz que morte de jovens há dez anos não foi apurada. Mortos nos ataques podem chegar a 600; SSP diz que investigou casos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/janot-pede-para-pf-reabrir-apuracao-de-chacina-dos-ataques-de-2006-em-sp.html>>.
7. Moreno S. Bahia registra 9,8 mil casos de violência contra a mulher no primeiro trimestre. Agência Brasil, publicado em 20/05/2016, às 17h14. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/bahia-registra-10-mil-casos-de-violencia-contra-mulher-no-primeiro>.
8. Souza J. **A elite do atraso**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa; 2017.
9. Gramsci A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
10. Zizek S. Violence: six sideways reflexions. London: Profile Books; 2008.
11. Coelho M. A quem serve a classe média indignada? Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1727369-a-quem-serve-a-classe-media-indignada.shtml>. [2018 jun 16].
12. Barreto CSLA, Araújo RPC, Martins Júnior DF, Barreto Filho RC, Costa COM. Perfil da violência que vitima crianças no estado da Bahia, segundo registros do Sistema de Gerenciamento Estatístico (SGE) da Secretaria de Segurança Pública. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 5-15.
13. Lopes TC, Costa COM, Musse JO. Homicídios de crianças e adolescentes: estudo dos registros do IML Regional Recôncavo – Feira de Santana, Bahia. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 16-22.
14. Dias GC, Costa COM, Musse JO. Violação sexual de crianças e adolescentes: perfil dos casos notificados nos Conselhos Tutelares em município de grande porte da Bahia. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 23-29.
15. Nascimento OC, Costa COM, Costa AM, Cunha BSG. Violência no percurso amoroso e saúde mental de adolescentes jovens: revisão integrativa. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 30-38.
16. Costa MC, Costa COM, Nascimento OC. Percurso amoroso e eventos violentos nas relações de namoro de jovens. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 39-45.
17. Andrade CSS, Costa COM, Asselta-da-Silva MLC, Barreto CSLA. Notificação da Violência física e sexual de crianças e adolescentes: o papel do Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA). Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 46-53.
18. Oliveira APR, Sena CD, Paixão GPN, Lírio JGS. Violência contra a mulher: facilidades e dificuldades relacionadas à atenção multiprofissional. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 54-61.
19. Novaes Neto EM, Araújo TM, Sousa CC, Soares JFS, Lua I. Violência no trabalho em saúde nos serviços de média complexidade. Rev. Saúde Col. UEFS 2018; 8: 62-69.